

## CÓDIGO DO TRABALHO É INACEITÁVEL



O PS vai chumbar na generalidade a proposta do Governo de Código do Trabalho. O anúncio desta decisão pelo secretário-geral do PS é a conclusão óbvia para um documento que pretende limitar o direito à greve e reduzir os direitos dos trabalhadores. A proposta do Governo abre as portas aos despedimentos sem justa causa, duplica a duração máxima dos contratos a termo, recupera o conceito de trabalho efectivo e reduz a cobertura das convenções colectivas de trabalho. Em defesa dos direitos dos trabalhadores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentará um conjunto de medidas, em sede de debate na especialidade, que dignifiquem o Estado de Direito no mundo do trabalho.

► Páginas 3 e 5

### ENTREVISTA A RUI CUNHA

## EM DEFESA DOS TRABALHADORES

A proposta do Governo do Código de Trabalho põe em causa o direito à greve e enfraquece o movimento sindical, acusa, em entrevista ao "Acção Socialista", Rui Cunha, que também nos confessou não perceber porque é que o actual Governo "pôs de lado" um trabalho feito ao longo de dois anos que visava a sistematização da legislação laboral, tendo antes enveredado pela codificação, quando na União Europeia apenas a França tem um Código de Trabalho.

Para o responsável no âmbito do Secretariado Nacional do PS pela área do Trabalho, o diploma do Governo além de ser "rígido e inflexível" não promove a aproximação de Portugal ao modelo social europeu.

► Páginas centrais



### DEPUTADOS EM SETÚBAL E BRAGA

## PS APRESENTA PROPOSTAS PARA REFORÇAR A COMPETITIVIDADE

► Página 7

### FÓRUNS PARA NOVAS POLÍTICAS

## REVALORIZAR AS QUESTÕES AMBIENTAIS

► Página 6

### PAULO CASACA ACUSA

## GOVERNO INCOMPETENTE NA GESTÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

► Página 15

# A SEMANA REVISTA

Reuniu-se na quinta-feira passada a Comissão Política do PS, que mandou o Secretariado Nacional e a direcção do Grupo Parlamentar para apresentar alterações à proposta de Código do Trabalho do Governo.

Em conferência de Imprensa, Luís Nazaré denunciou a cedência do Governo a "lobbies" das telecomunicações no caso Oniway.

O Grupo Parlamentar do PS, no âmbito das actividades inseridas nas "Novas políticas para a competitividade", deslocou-se aos distritos de Braga e Setúbal onde visitou empresas de elevado potencial.

Com a presença do secretário-geral, Ferro Rodrigues, realizaram-se no passado sábado, em Lisboa, a Convenção Concelhia de Lisboa e o Fórum temático sobre "Novas Políticas de Ambiente".

Na terça-feira, dia da greve geral, esteve reunido o Secretariado Nacional do Partido Socialista, findo o qual Ferro Rodrigues em conferência de Imprensa anunciou o voto contra dos socialistas à proposta do Governo sobre Código do Trabalho.

No âmbito da Cimeira Europeia de Copenhaga, o secretário-geral do PS reuniu-se com o primeiro-ministro.

Carlos César, presidente do Governo Regional dos Açores, anunciou uma mini-remodelação no seu Executivo, considerando-a um "factor de rejuvenescimento" na administração do arquipélago.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## ESTAMOS FEITOS

ANTOONIO COLAÇO

*QUE  
FAZER,  
MY LADY?*



EDITORIAL

# DESCONTENTAMENTO SOCIAL E ALTERNATIVA POLÍTICA

A realização da greve geral convocada pela CGTP marca, naturalmente, a actualidade da semana. A dimensão de que se revestiu revela, mas não esgota, o descontentamento social. Descontentamento que tem na sua origem, não apenas o conteúdo da proposta de Código do Trabalho, mas também, e sobretudo, o conjunto das políticas e das atitudes do actual Governo. Esta é a questão principal. Como se disse a tempo, o PS tira todas as consequências de dois princípios básicos da democracia moderna: o pluralismo sindical e a autonomia recíproca entre sindicatos e partidos políticos. O PS respeita, na sua própria diversidade, as estratégias das centrais sindicais; e acentua a unidade no essencial. Para amplos sectores da sociedade portuguesa, que, para além da generalidade dos trabalhadores por conta de outrem, incluem fracções modernizadoras do empresariado, esta proposta de Código do Trabalho é inaceitável.

É inaceitável a tentativa de distorcer o Direito do Trabalho, tratando o trabalho como se fosse uma simples mercadoria. São inaceitáveis as reduções de direitos. É inaceitável o enfraquecimento da negociação colectiva. É inaceitável retroceder em matéria de contabilização das pausas no tempo de trabalho. É inaceitável a diminuição de garantias e o aumento da discricionariedade no despedimento individual. É inaceitável a ausência de qualquer valorização do direito à formação. E é evidentemente inaceitável o condicionamento do direito à greve.

O movimento social é indispensável, mas não suficiente para a vida política democrática. A expressão do descontentamento é inteiramente legítima e necessária, mas não pode esgotar-se em si mesma. Por isso, é insubstituível a iniciativa política para a construção de soluções positivas. Eis o que estará em causa na discussão parlamentar da proposta de Código do Trabalho. O PS apresentará propostas de alteração que corrigirão, se aprovadas, os aspectos mais gravosos da proposta do Governo. Compete ao Governo e à Maioria que o suporta corresponderem a esta

atitude construtiva do PS.

Se o não fizerem, continuarão a ser os principais responsáveis pelo agravamento do clima de confrontação social. A opção do PS é bem diferente: é apostar na concertação social e é recusar liminarmente confundir modernização com violação de direitos fundamentais.



AUGUSTO SANTOS SILVA

*Augusto Santos Silva*

**A expressão do descontentamento é inteiramente legítima e necessária, mas não pode esgotar-se em si mesma. Por isso, é insubstituível a iniciativa política para a construção de soluções positivas.**

# PS VAI CHUMBAR CÓDIGO DO TRABALHO NA GENERALIDADE

**A bancada socialista votará contra a proposta de Código de Trabalho do Governo na generalidade, na expectativa de que o debate na especialidade possa “minimizar os graves riscos” que este diploma acarreta para Portugal.**

O anúncio foi feito por Ferro Rodrigues, que falava numa conferência de Imprensa no dia em que decorria a greve geral decretada pela CGTP-IN, contexto em que aproveitou para adiantar que, nesta primeira fase de discussão do Código, o PS fará a apresentação de propostas alternativas.

É que, conforme referiu o líder do PS, “por mais negociações que o Governo faça agora à margem do Conselho de Ministros, o diploma já foi entregue na Assembleia da República e, portanto, não pode ser alterado (até ao fim da sua discussão na generalidade).”

O secretário-geral responsabilizou o Executivo de direita pelo facto de “a vida dos portugueses ter sido fortemente perturbada” na passada terça-feira e considerou que a paralisação representou “um sinal importante das consequências para o País do agravamento do clima de confrontação”.



“Esperamos que o Governo saiba interpretar os sinais da sociedade portuguesa e que, daqui até à votação final (do Código de Trabalho) no Parlamento, saiba transformar uma má proposta numa boa iniciativa”, frisou. Questionado pelos jornalistas sobre as repercussões da greve do passado dia 10, Ferro disse que ela “em nada alterou a posição dos socialistas”, assegurando que “o PS se mantém

determinado em ser parceiro de um bom projecto e agir em conformidade na Assembleia da República”. Ferro Rodrigues chegou mesmo a considerar que a greve geral foi resultado “dos inequívocos sinais de descontentamento provocados” pelas propostas do Executivo, quer no domínio laboral, mas também ao nível das políticas sociais.

“O PS considera essencial criar condições para que se realize a modernização da legislação laboral – que é necessária –, mas que isto seja feito poupando ao País os elevados custos da estratégia de confrontação prosseguida” pelo Governo, adiantou ainda o líder dos socialistas. No que toca aos socialistas, Ferro Rodrigues reiterou a intenção de apresentar propostas alternativas que “visem a inovação e que enfrentem os problemas que de facto existem no mercado de trabalho”.

“Não contem com o Partido Socialista para batalhas artificiais ou para conflitos estereis que só visam ajustar contas com o passado”, advertiu, garantindo que o compromisso do PS é com o futuro.

Neste sentido, defendeu, “Portugal necessita de uma legislação laboral que, em conjugação com a negociação colectiva, promova a adaptação negociada da regulação do mercado dos diferentes sectores económicos e grupos sociais”.

“A posição do PS sempre foi a da necessidade de um sistematização de legislação laboral virada para o futuro, que se centre nas questões da competitividade e não nos equilíbrios de poder entre empregadores e trabalhadores”, recordou para concluir.

MARY RODRIGUES

## ESCUTAS DA SECRETA MILITAR

## FERRO PEDE APURAMENTO DA VERDADE

O secretário-geral do PS espera “um total e cabal esclarecimento” das notícias de alegadas escutas efectuadas pelo Serviço de Informações Estratégicas da Defesa e Militares (SIEDM) a políticos e empresários portugueses.

Ferro Rodrigues, que falava sábado, à saída do Fórum do Ambiente, considerou as referidas notícias como “bastante graves, mas manifestou confiança em “que não vai ser nada de tão grave como pareceu à primeira vista”. O líder socialista revelou que o primeiro-ministro, Durão Barroso, lhe telefonou logo que saíram as informações em questão, assegurando-lhe não ter conhecimento dos factos.

Classificando de “naturais” os contactos que tem mantido com o chefe do Governo, Ferro defendeu que “mesmo nos momentos mais agudos da tensão política é necessário que se construa um diálogo permanente”.

Nesse sentido, o secretário-geral referiu-se à proposta socialista de se estabelecerem contactos com todos os partidos parlamentares, apelando à necessidade de moralização da vida partidária.



“Todos os partidos têm que dar um contributo positivo”, disse Ferro, manifestando, de seguida, disponibilidade para se deslocar às sedes das restantes forças partidárias com assento na Assembleia da República.

Ainda sobre este tema, recorde-se que os deputados socialistas Vitalino Canas e Marques Júnior enviaram uma carta ao presidente do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações pedindo-lhe que fizesse “as

diligências convenientes” com vista a apurar se existem cidadãos que foram ou estão a ser investigados pelos SIEDM.

SECRETÁRIO-GERAL  
ESCREVE A LÍDERES  
PARTIDÁRIOS

O líder do PS escreveu aos líderes partidários para solicitar encontros “tendo em vista a apresentação de cumprimentos e a abordagem de matérias relevantes e pertinentes” para o País.

Ferro Rodrigues quer discutir com os seus homólogos, na sequência da sua recente reeleição como secretário-geral do Partido Socialista no XIII Congresso Nacional, questões relacionadas com “a credibilidade e com o necessário aperfeiçoamento do sistema político e das instituições democráticas do Estado”.

## TELECOMUNICAÇÕES

GOVERNO CEDE A “LOBBIES”  
E LIQUIDA ONIWAY A FRIO

O Governo de coligação PSD/CDS-PP pactuou com os operadores móveis já instalados no mercado nacional para encerrar a Oniway. Foi esta a denúncia feita, na passada sexta-feira, pelo secretário nacional do PS Luís Nazaré, para quem o Executivo actuou, neste caso, em desrespeito para com a autoridade reguladora do mercado das telecomunicações.

O ex-presidente da Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom) não partilha, pois, da opinião de que o mercado não suportaria um quatro operador, adiantando que, do ponto de vista técnico, a chegada de pelo menos mais um operador seria um factor dinamizador da inovação e do desenvolvimento da sociedade de informação”.

Neste contexto, o PS considera que há perguntas a que o Executivo tem de responder, para esclarecer as suas “reais intenções”, nomeadamente, sobre o que vai acontecer ao espectro radioelétrico destinado à Oniway.

“É inaceitável que o actual Governo distribua equitativamente, e supõe-se que de forma gratuita, um bem valioso – que custou 20 milhões de contos aos operadores – como é o espectro radioelétrico”, explicou Nazaré.

Questionado sobre a hipótese de se provar que algumas cláusulas do acordo para a venda de activos da Oniway prevejam, de forma directa ou indirecta, essa distribuição, o dirigente socialista foi peremptório: “Isso é ilegal”.



Já antes o ex-presidente da Anacom havia defendido que devia ser lançado novo concurso para a venda da licença de UMTS da Oniway. Luís Nazaré acusou ainda o Governo de “condicionar a actividade reguladora”, pondo em causa a sua “credibilidade, autoridade e

independência”. Nesse sentido, o PS quer saber que como é que o Governo tenciona evitar a progressiva captura da Anacom pelos actuais operadores. Sobre o crédito fiscal que a Telecel Vodafone pretende obter ao adquirir o capital social da

empresa de telecomunicações móveis da Oni, um dos pontos em que assenta o acordo, Luís Nazaré afirmou que “a menos que algo tenha sido garantido à cabeça, esse crédito carece de despacho das Finanças”.

“Se tal crédito for concedido, o Governo terá de explicar as razões que o levaram a tomar tal decisão”, assegurou.

Recorde-se que a EDP – Electricidade de Portugal – anunciou a semana passada o acordo para a venda de activos da empresa licenciada para comunicações móveis de terceira geração (UMTS) Oniway à TMN, Vodafone Telecel e Optimus.

A Oniway é controlada pela Oni, com uma participação de 68 por cento, e tem ainda como accionistas a Telenor, com 20 por cento, a Iberdrola (8 por cento), a Media Capital (3 por cento) e a Efacec (1 por cento).

Por sua vez, a Oni é controlada em 56 por cento pela EDP, e tem ainda como accionistas o BCP (22,8 por cento), a Brisa (17 por cento) e a Galp Energia (4,1 por cento).

Assim, houve “uma concertação lamentável de interesses entre o Governo e os operadores móveis instalados” para fechar a Oniway, segundo afirmou Nazaré, em conferência de Imprensa realizada na sede do PS, sublinhando que se atingiu um ponto há algum tempo atrás pensável, que é a liquidação a frio de uma empresa”.

MARY RODRIGUES



TRABALHO

# PS VAI AVANÇAR COM ALTERAÇÕES AO CÓDIGO

A Comissão Política Nacional do PS mandou o Secretariado e a direcção do Grupo Parlamentar do partido para apresentarem propostas de alteração ao diploma de Código de Trabalho do Governo.

O porta-voz socialista, Paulo Pedroso, afirmou sexta-feira que o PS está "céptico mas disponível para um acordo" com o Executivo em matéria de legislação laboral, exigindo, no entanto, "melhorias substanciais" no diploma proposto.

É que, apesar da abertura a uma possibilidade de consenso com o Governo, a Comissão Política do PS "condenou" a atitude até agora seguida pelo Executivo, sobretudo, por revelar "incapacidade de diálogo com os parceiros sociais e de encontrar soluções equilibradas para promover a competitividade".

Assim, o PS entende que na apresentação da proposta de lei de código "o Governo adoptou métodos errados que não resolvem adequadamente problemas que precisam de ser bem resolvidos e omitiu questões que não podem nem devem deixar de ser tratadas na revisão da legislação laboral".

Na opinião dos socialistas "o Governo errou e erra" porque fez tábua rasa dos trabalhos (bem) feitos anteriormente, porque avançou com normas sem conhecer bem os problemas e porque optou, como solução, por um Código de Trabalho "sem ter dotado, primeiro, o País de uma legislação unificada, coerente e de fácil compreensão pelos seus principais destinatários".

Tocando num dos pontos que deverão constar do diploma alternativo a apresentar pelos socialistas, Pedroso defendeu que a legislação de trabalho "deverá reconhecer e valorizar a sua adaptação a sectores específicos e empresas através da contratação colectiva, em vez de considerar uma igualdade fictícia entre o trabalhador individual e o seu empregador". O porta-voz do PS considerou que a proposta governamental partiu de uma metodologia errada, "porque desprezou um trabalho de grande qualidade realizado anteriormente por uma equipa científica bem preparada, social e politicamente plural, que produziu - com tempo, ponderação e rigor - uma proposta bem estruturada de sistematização da legislação em vigor".

Paulo Pedroso afirmou ainda o que o diploma do Executivo é "inaceitável", porque "abre a porta quer ao despedimento sem justa causa, quer à limitação do exercício do direito à greve pelos trabalhadores".

"A proposta do Governo é inaceitável porque propõe modificações que degradam a posição dos trabalhadores na relação laboral", lê-se no texto conclusivo, distribuído à Comunicação Social, no final da reunião da Comissão Política. O PS considera, porém, que os graves erros da proposta de Código de Trabalho "podem ser corrigidos na Assembleia da República" e reafirma a ideia de que a legislação laboral deve



adaptar-se à evolução do mercado de trabalho, mas, para tal é necessário "inovar para o futuro" e "não ajustar contas com o passado".

No mesmo documento a Comissão manifestou ainda a sua "solidariedade com as posições que o movimento sindical vem assumindo na sua determinação para alterar um projecto inaceitável, bem como a sua compreensão

quanto à existência de motivos para o desencadeamento de formas de luta".

## Equidistância nas disputas federativas

Entretanto, o dirigente socialista anunciou que a Comissão Política do PS convocou a próxima

reunião da Comissão Nacional do partido para 11 e 12 de Janeiro, onde serão votadas as alterações aos estatutos (não sujeitas a apreciação no último congresso) e os regulamentos dos congressos federativos, previstos para o final de Março.

Instado pelos jornalistas a pronunciar-se sobre a disputa entre os socialistas do Porto, divididos entre as candidaturas de Narciso Miranda e Francisco Assis para a presidência da Federação do Porto, Pedroso garantiu que a direcção nacional adoptará uma atitude de equidistância.

As declarações de Paulo Pedroso foram proferidas no final de uma reunião da Comissão Política Nacional do PS, ocasião em que sublinhou a ideia de que, para a direcção nacional do partido, "não haverá candidatos oficiais".

"O papel da direcção do partido será o de garantir que os congressos federativos decorram com regras claras e adequadas", afirmou, após lembrar que, no último congresso dos socialistas, ficou "claramente aprovado um projecto de renovação política e de métodos de funcionamento".

"Perante a direcção, todos os candidatos terão de partir em igualdade de circunstâncias", avisou, referindo, depois, que "serão os militantes de cada federação - e só eles - que terão a última palavra na eleição".

## PRINCÍPIOS A CONSAGRAR NA NOVA LEI DO TRABALHO

- Reconhecer e valorizar a necessidade de adaptação da legislação do trabalho a sectores específicos e empresas através da contratação colectiva;
- Promover a igualdade entre homens e mulheres;
- Garantir e promover o direito ao acesso dos trabalhadores à educação e à formação;
- Respeitar e reforçar os acordos em sede de concertação social sobre higiene, saúde e segurança no trabalho;
- Renovar o compromisso social e a efectividade do Estado de Direito no mudo do trabalho.

FÓRUNS PARA NOVAS POLÍTICAS

# REVALORIZAR AS POLÍTICAS AMBIENTAIS

O PS vai apresentar na Assembleia da República uma nova Lei de Bases do Ambiente. O anúncio foi feito por Ferro Rodrigues no sábado, no decurso da reunião que teve com personalidades da área do ambiente, no sábado, no Hotel Altis, em Lisboa. Uma iniciativa que, segundo o líder do PS, teve como objectivo «definir em conjunto novas políticas e ideias para um programa moderno e ambicioso para o ambiente com respostas credíveis aos novos problemas».

No encontro, em que foi feita uma avaliação muito negativa da actuação do Governo nesta área, nomeadamente a perda crescente de protagonismo do ministério tutelado por Isaltino Morais, Ferro Rodrigues referiu que o PS quer manter um diálogo regular com personalidades da área do ambiente, no quadro da iniciativa Fórum PS-Ambiente, um espaço permanente de reflexão e aconselhamento.

Segundo sublinhou o líder do PS, «é necessário revalorizar as políticas do ambiente, dado que em nove meses de Governo confirmou-se a desvalorização da política do ambiente», salientando que não é por caso que o ministério tutelado por Isaltino Morais "ocupa o último lugar na hierarquia do Governo", bem como "não é meramente simbólico" o facto de na designação do ministério a palavra cidades vir em primeiro lugar.

Por outro lado, disse, "a personalidade do ministro não disfarça que está mais à-vontade nas questões autárquicas do que nas do ambiente".

E deu como exemplo o "apagamento" do Ministério do Ambiente na questão do "Prestige".

Ferro Rodrigues, que se encontrava acompanhado pelos deputados José Sócrates e Pedro Silva Pereira, criticou ainda os "recuos" verificados na política ambiental, apontando o caso da co-incineração. "É estranho e incompreensível que por parte da maioria na Assembleia da República tenha havido tanta pressa em eliminar a co-incineração, sem apontar qual a alternativa a esta medida", disse.

A ria Formosa e as torres de Ofir foram também referidas como casos de "abandono" de medidas já tomadas pelo Governo do PS, no âmbito da defesa do litoral do País.

Ferro Rodrigues denunciou ainda os cortes "cegos" feitos no investimento na área do ambiente, que atingem 37 por cento, e salientou que o PS quer fazer uma "oposição construtiva", definindo "políticas mais



ambiciosas na área do ambiente".

Neste quadro, anunciou que o PS vai apresentar na Assembleia da República uma nova Lei de Bases do Ambiente, "capaz de se adaptar à lei de 1987, aos novos desafios, às novas realidades e aos novos avanços nacionais e comunitários".

José Sócrates, por sua vez, salientou que este encontro e outros que se seguirão, com carácter permanente, reflectem a "prioridade política atribuída pelo PS a esta área", acrescentando que o objectivo central "é definir em conjunto um no programa mais ambicioso".

## Perda de protagonismo do Ministério do Ambiente

Já o deputado socialista Pedro Silva Pereira referiu que a criação do Ministério das Cidades redundou num "flop". Segundo sublinhou, "não houve nenhuma política na área das cidades que justifique um Ministério das Cidades".

Na reunião com Ferro Rodrigues, os ambientalistas manifestaram a sua preocupação relativamente à crescente perda de protagonismo do Ministério do Ambiente, ao abandono de muitas das medidas positivas do anterior Governo e ainda à anunciada privatização do sector das águas.

Rui Gonçalves, Humberto Rosa, Fernanda do Carmo, Macieira Antunes, Lopes Rosa, Carlos Guerra, João Fidalgo foram algumas das muitas personalidades presentes nesta reunião sobre novas políticas para o ambiente.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADOS SOCIALISTAS EM SETÚBAL E BRAGA

# PS APRESENTA PROPOSTAS PARA REFORÇAR A COMPETITIVIDADE

O líder do Grupo Parlamentar do PS, António Costa, reafirmou que “é necessário reforçar a produtividade e competitividade para que Portugal possa vencer o atraso estrutural em relação aos países mais desenvolvidos da União Europeia”, o que passa por apostas na inovação tecnológica e na formação profissional e não na revisão da legislação laboral orientada apenas no sentido de diminuir os direitos dos trabalhadores.

António Costa anunciou que o PS irá apresentar no decurso das Jornadas Parlamentares do próximo fim-de-semana, em Aveiro, um conjunto de diplomas que visam a modernização da Administração Pública e o reforço da competitividade das empresas portuguesas.



Falando aos jornalistas, no final da visita de trabalho que uma delegação de parlamentares socialistas efectuou na segunda-feira à Autoeuropa, em Palmela, uma empresa com mais de três mil trabalhadores, responsável por 12 por cento das nossas exportações, onde o índice de absentismo no corrente ano foi o menor de todas as fábricas europeias do grupo, António Costa acusou o Governo estar a tentar vender a ideia de que o País vai ficar mais competitivo com a entrada em vigor do novo Código Laboral, quando esta componente “não é a mais decisiva”.

“É muito empobrecedor olhar para a resolução do problema da produtividade, centrando-a na legislação do trabalho quando este é apenas um dos factores”, disse o líder da bancada socialista, sublinhando que a chave do problema consiste na capacidade de organização das empresas, apostando claramente nas novas tecnologias, na investigação, na inovação e na qualificação das pessoas, factores já postos em prática pelas empresas de sucesso - nacionais e estrangeiras - visitadas nas últimas semanas, na Marinha Grande, em Braga e Setúbal.

Sobre a Autoeuropa, elogiou em particular “os sistemas de gestão implementados que procuram ganhar pela informação a mobilização dos próprios trabalhadores, de que são exemplo os prémios atribuídos aos funcionários que apresentem sugestões para melhorar os métodos produtivos”.

Recordando que visitou nas últimas semanas empresas de diversos sectores em vários pontos

do País, salientou que estas têm “índices salariais superiores” e “todas investiram fortemente nas novas tecnologias”, assim como fizeram “grande investimento na formação do pessoal com mais de 40 anos”, já que estes têm “níveis de escolaridade muito baixos”.

## Boas práticas de gestão

O líder da bancada socialista afirmou ainda que na maior parte das unidades industriais que teve a oportunidade de visitar, verificou que estas empresas olham para a globalização como um “desafio de internacionalização”, salientando que as empresas que têm uma

estratégia assente em baixos salários e truques como a fuga ao fisco e outros “estão condenadas a prazo”.

António Costa anunciou ainda que em resposta à mudança nas leis laborais que o Governo tenciona aprovar, a bancada socialista vai apresentar nas suas Jornadas Parlamentares, que decorrerão sexta e sábado, em Aveiro, um conjunto de projectos de lei para reforçar a competitividade das empresas nacionais e a modernização da Administração Pública.

O objectivo é mostrar ao País que a recuperação da economia portuguesa passa por instituir boas práticas de gestão, e de estímulos à

produtividade, e não por introduzir alterações à actual legislação laboral.

Também no final da visita que um grupo de parlamentares do PS efectuou, na sexta-feira, a várias empresas de Braga, a deputada Elisa Ferreira acusou o Governo do PSD/PP de olhar para o problema da competitividade da economia apenas sob o prisma laboral.

“As empresas apontam prioritariamente como problemas a enfrentar os da concorrência externa, da formação profissional, e da inovação e investigação, das acessibilidades e só, depois, é que falam na mudança das leis laborais”, afirmou a ex-ministra do Planeamento.

Segundo a deputada, basta contactar no terreno com os empresários para se constatar que não se pode estar a querer alterar, artigo a artigo a legislação laboral, esquecendo que, desse modo, se tira margem de manobra para a negociação colectiva sector a sector ou mesmo empresa a empresa.

Acresce que, frisou, “não adianta mexer no Código do Trabalho, quando se desenvolve uma política que cria condições psicológicas para a recessão, levando os investidores a duvidarem da eficácia das medidas de política económica”. “Os índices de confiança estão, neste momento, abaixo dos de 1993, quer no que toca aos empresários quer aos consumidores”, denunciou.

A deputada, que foi cabeça-de-lista pelo círculo de Braga, sublinha que a preocupação com a alteração imediata das leis laborais aparece predominantemente nas empresas com menor capacidade e organização, já que se baseiam em mão-de-obra barata e precisam de ver o despedimento facilitado.

O périplo dos parlamentares abrangeu a multinacional Blaupunkt de Braga, e fábricas de cutelarias e madeiras em Guimarães, terminando ao final da tarde de sexta-feira na Mabor em Vila Nova de Famalicão.

J. C. CASTELO BRANCO



**CASO "PRESTIGE"**

**APOLINÁRIO DEFENDE APOIOS PARA PESCADORES LESADOS**

O deputado socialista José Apolinário entregou um requerimento na Assembleia da República a solicitar esclarecimentos ao Governo sobre os apoios socioeconómicos ao sector da pesca, quer na eventualidade de consequências nefastas causadas pelo afundamento do "Prestige", quer face às circunstâncias anormais que recentemente lesaram parte da frota pesqueira ao largo de Espinho. José Apolinário quer saber se o Executivo tem preparada legislação nacional no sentido de atribuir apoios a pescadores e armadores que possam ser afectados por esta catástrofe. O parlamentar do PS pede ainda esclarecimentos ao Executivo sobre se este pretende defender junto da Comissão Europeia o aumento do limite actual de quatro por cento de fundos estruturais para apoios socioeconómicos. Em relação aos prejuízos que afectaram um grande número de pescadores da zona de Espinho, Apolinário questiona o ministro da tutela se o Executivo vai ou não apoiar o sector ao abrigo do Sistema de Incentivos à Pesca

**ESPINHO**

**ROSA ALBERNAZ QUER SOLUÇÃO PARA LINHA DA CP**

A deputada socialista Rosa Albernaz questionou o Governo sobre se pretende dar ou não início de imediato à obra de enterramento da linha da CP que atravessa a cidade de Espinho, dividindo-a qual "muro de Berlim", e à requalificação urbana da zona. Segundo Rosa Albernaz, esta divisão da cidade "provoca custos, no lazer dos cidadãos, afectando significativamente o turismo, factor importante para o desenvolvimento desta zona". Na sua intervenção na Assembleia da República, a deputada socialista lembra que durante o Governo anterior, foi celebrado um acordo entre a Câmara Municipal de Espinho e a REFER, que definiu as condições de execução da obra em questão, suportando a autarquia uma parte significativa do custo da mesma com receitas provenientes da concessão do jogo, enquanto a REFER pôs a obra em concurso e obteve junto de todas as instituições oficiais todos os pareceres, ficando assim a obra em condições de começar de imediato. Por último, Rosa Albernaz faz referência ao facto de o autarca socialista de Espinho ter solicitado uma audiência desde Outubro, ao ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação e até hoje não ter recebido nenhuma resposta.

**FUTURO TRAÇADO DO IP5 MOTIVA REQUERIMENTOS**



O deputado socialista Fernando Cabral entregou um requerimento na Mesa da Assembleia da República, sobre o traçado do IP5/A25 na zona da Guarda. Para Fernando Cabral, é importante que o ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação dê explicações sobre o traçado previsto para o IP5/A25 entre a Guarda e Mangualde e se pretende avançar para a construção de um novo traçado entre os nós da Guarda e do Sobral da Serra/Porto da Carne. No requerimento, o deputado do PS eleito pelo círculo da Guarda pergunta ainda ao Executivo se a "nova ligação do IP5 à Guarda é um projecto para continuar, conforme estava previsto anteriormente, ou se pelo contrário é para abandonar". Fernando Cabral lembra que tinha confrontado o secretário de Estado das Obras Públicas com estas questões numa sessão plenária de perguntas ao Governo, mas que por razões desconhecidas "os esclarecimentos solicitados não foram dados". Por sua vez, o deputado Miguel Ginestal acusou o Executivo de "tentar arranjar desculpas para a sua incapacidade de decidir", ao anunciar que se encontra em estudo uma terceira solução para transformar o IP5 em auto-estrada em Viseu. Mediante as dúvidas, e com receio de atrasos na sua concretização -uma vez que o Governo PS tinha previsto ter o troço Boa Aldeia/Viseu/Mangualde concluído em Setembro de 2005- o deputado de Viseu questionou, na Assembleia da República, o secretário de Estado das Obras Públicas sobre o tema, frisando, que o Executivo "tinha um dossier fechado, contratualizado e calendarizado e que vem agora armar uma grande confusão, por causa de uma disputa entre ministérios".



**Bolsa de Estágio Francis Vals**  
Parlamento Europeu em Bruxelas

**Período de estágio** 17 de Fevereiro a 18 de Julho de 2003  
**Valor de Bolsa** 1.000 euros /mês  
**Condições exigidas** Idade inferior a 30 anos  
 Inscrição na JS ou no PS  
 Ter curso ou frequência de 3 anos em estabelecimento de ensino superior  
 Bom conhecimento de duas línguas da UE (exemplo: português e outra)

**As candidaturas devem conter**  
 Carta com exposição de motivos da candidatura  
 Curriculum detalhado

**Entrega das candidaturas até 27 de Dezembro de 2002**

**Envio das candidaturas para**  
 Delegação Socialista Portuguesa no P.E.  
 ASP4H152  
 Rue Wiertz, 60  
 B-1047 Bruxelles

Tel.003222846461 . Fax: 003222846960  
 E-mail : PSEDelegPT@europarl.eu.int

**CALHA PEDE EXPLICAÇÕES SOBRE DOTAÇÕES PARA A DEFESA**

A execução da Lei da Programação Militar foi objecto de um requerimento por parte do deputado Miranda Calha. O parlamentar do PS lembra que segundo a legislação, o Governo tem que enviar anualmente à Assembleia da República um relatório até ao fim de Março, onde constem detalhadamente as dotações respeitantes a cada programa, os contratos efectuados no ano anterior e as responsabilidades futuras deles resultantes, bem como toda a informação necessária ao controlo da execução, o que até agora não se verificou. Acresce ainda que no Orçamento de Estado para 2003, no âmbito da Defesa Nacional está previsto que "importará proceder à necessária reformulação e à devida revisão de documentos conceptuais e legais da Defesa Nacional, e das Forças Armadas". Perante esta situação, o deputado socialista pediu explicações ao ministro da Defesa sobre "a situação actual e concreta em termos de Execução da Lei da Programação Militar para o ano em curso".





**CORRIGIR CÓDIGO DO TRABALHO**

# POUPAR O PAÍS A CONFLITOS INÚTEIS

“Orgulhosamente só” e zigzagueante, o Governo de direita não foi capaz de fazer cumprir os serviços mínimos durante a greve geral convocada pela CGTP-IN. Os socialistas estão preocupados com “os sinais de degradação da situação económica e social do País” e com as “sucessivas manifestações de descontentamento dos trabalhadores, empresários, sindicatos, associações patronais e de largos sectores da opinião pública”.

O alerta foi lançado, ontem, no Parlamento, pelo deputado do PS Rui Cunha, na sua intervenção no Período Anterior à Ordem do Dia, em que também apelou para que todos os partidos parlamentares apoiem este esforço socialista de corrigir os excessos e as omissões da iniciativa governamental, “de modo a que o País seja poupado a conflitos inúteis e passe a dispor da

legislação do trabalho de que carece”. “Com o desemprego a subir para além dos 5 por cento previstos no Plano Nacional de Emprego, com os salários reais em degradação progressiva, já haveria motivos de sobra para que as tensões se agravem na sociedade portuguesa”, defendeu Rui Cunha, para quem as acções e as omissões do Governo, em vez de contribuírem para enfrentar os problemas que carecem de resolução, têm, pelo contrário, contribuído para acentuar as tensões sociais, “fomentando conflitos, por vezes, inteiramente desnecessários”.

Denunciando a completa incapacidade do Executivo na promoção de consensos indispensáveis para levar a bom porto as reformas de que o País necessita, o parlamentar socialista lembrou que “em nenhuma área das políticas sociais o Governo conseguiu mais do que o apoio

da maioria parlamentar que o sustenta politicamente”.

“Nem na lei da gestão hospitalar, nem nas modificações da Lei de Bases da Segurança Social, nem nas alterações ao Rendimento Mínimo Garantido, nem no que respeita ao regime de aposentação da função pública o Governo foi capaz de obter qualquer apoio social, económico ou político para as suas iniciativas legislativas”, explicou.

Mas, “pior do que isso é que a governação não tem, sequer, sido capaz de cumprir e manter os acordos unânimes de concertação social que lhe foram legados”, observou Cunha, referindo-se aos acordos sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação e ao Acordo sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade, negociados

e assinados pelo Governo do Partido Socialista com a totalidade dos parceiros sociais.

“Com a reforma da legislação laboral, o Executivo persiste nos caminhos, sem saída, do desprezo pelo trabalho realizado por uma Comissão de peritos de elevada competência, pela opinião das comunidades científicas e pelas opiniões dos parceiros sociais”, frisou, alertando para as tomadas de posição e os debates realizados ao longo do dia da greve geral.

“O Partido Socialista assume a responsabilidade de contribuir, com as suas intervenções e as propostas que apresentará, para que, no processo legislativo sobre o Código do Trabalho, se encontrem o espaço e os modos de modificar a proposta governamental de modo a que a reforma da legislação laboral promova a inovação e a paz social”.

M.R.

**METRO DO TERREIRO DO PAÇO**

# SOCIALISTAS CONDENAM JULGAMENTO POLÍTICO NA COMISSÃO DE INQUÉRITO

Mais do que apurar responsabilidades com o empreiteiro às obras do Metro do Terreiro do Paço, “o PSD e CDS-PP apenas quiseram fazer um julgamento político” da actuação do secretário-geral do PS enquanto ministro do Equipamento Social. Esta a ideia veiculada pelo deputado socialista António José Seguro, no final da Comissão de Inquérito ao acidente do Metropaço. Relativamente à questão material, a bancada do PS condenou a concentração de responsabilidades no empreiteiro pela ocorrência do acidente na estação de metro do Terreiro do Paço em Junho de 2000, tendo sido afirmado por António José Seguro que as duas perspectivas independentes escutadas na comissão – os técnicos do Laboratório Nacional Engenharia Civil (LNEC) e o relator Teixeira Lopes (do Bloco de Esquerda) – “apontaram para a existência de uma partilha de responsabilidades no acidente”.



Seguro não hesitou em chamar o ex-ministro Ferreira do Amaral à responsabilidade pelos “custos adicionais de 13 milhões de contos” na sequência

da construção da linha de metro na baixa. Por seu turno, o presidente da comissão de inquérito, o socialista Vera Jardim, advertiu que seria “impossível um consórcio com a magnitude da Metropaço ser afastado da obra e condenado em tribunal”.

Prosseguindo-se pela via litigiosa, segundo Vera Jardim, “poderia inclusivamente acontecer que o projectista e a fiscalização da obra fossem responsabilizadas”, o que daria direito à “Metropaço” para exigir “pesadas indemnizações” à administração do Metropolitano de Lisboa.

Recorde-se que na última reunião da comissão de inquérito foi aprovado por unanimidade a parte do relatório referente à matéria de facto. No que toca ao envio de toda a documentação para a Procuradoria Geral da República, PS e o Bloco de Esquerda votaram contra e o PCP absteve-se.

Entretanto, o secretário-geral do PS, Ferro

Rodrigues, acusou o relatório sobre o Metropolitano de Lisboa aprovado pela maioria parlamentar na Assembleia da República de não prestigiar aquele órgão de soberania, “nem os seus deputados”.

“Em todo o processo houve a clara intenção em fazer um julgamento político e pessoal”, defendeu Ferro sobre a iniciativa do PSD e do CDS-PP em constituir uma comissão parlamentar de inquérito à gestão que o líder socialista, então ministro do Equipamento, fez ao processo do acidente no Terreiro do Paço.

Recorde-se que os deputados da “maioria” aprovaram um documento que acusa Ferro Rodrigues de ter feito um acordo com o empreiteiro “mau e lesivo para o Estado”, enquanto os deputados da oposição pretendiam responsabilizar conjuntamente os projectistas, a fiscalização e o empreiteiro pelo acidente ocorrido há dois anos.

**ORÇAMENTO E ASSUNTOS FISCAIS**

# PS PEDE CONTAS AO GOVERNO PELO DÉFICE

O PS solicitou “com urgência” a presença no Parlamento dos secretários de Estado do Orçamento e dos Assuntos Fiscais para explicarem “as operações desesperadas do Governo” para reduzir o défice das contas públicas.

Em conferência de Imprensa realizada na passada quinta-feira, a bancada socialista denunciou a falha do Executivo na previsão de receitas inscritas no Orçamento Rectificativo e de estar agora a adoptar uma “estratégia desesperada de última hora” para “obter resultados estatísticos de curto prazo”.

Nas contas do PS, as previsões de receita do Governo revelaram-se “irrealistas e irrealizáveis” tendo em conta os dados de execução Orçamental de Outubro.

Segundo o deputado Eduardo Cabrita, o crescimento previsto das receitas de IRS, IRS e IVA ficou aquém das previsões, enquanto o esperado aumento da receita do imposto automóvel se traduziu numa quebra de receita de 1,5 por cento.

Na comissão, os deputados do PS querem, por isso, ouvir explicações de Vasco Valdez (Assuntos

Fiscais) e Norberto Rosa (Orçamento) sobre a “arrecadação de impostos”, a “previsão de receitas excepcionais” por via do “perdão fiscal” concedido pelo Governo ou sobre as “receitas extraordinárias” resultantes da alienação da rede fixa da PT.

Os socialistas querem ainda questionar o Executivo sobre o “fracasso da alienação de património pelo Ministério das Finanças” e sobre a “anunciada integração dos custos de 2002 de receita de IVA a cobrar no primeiro trimestre de 2003”.

Ao mesmo tempo que solicitava a presença de

Vasco Valdez e Norberto Rosa (por altura da divulgação dos últimos dados de execução orçamental, a 15 de Dezembro), a bancada socialista reiterou também o pedido para que a ministra das Finanças explique aos deputados da comissão de Economia a proposta do governo para renegociação do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

A anunciada presença Manuela Ferreira Leite num debate promovido pelo PSD sobre o tema constitui “uma tentativa de desvalorizar o debate no Parlamento”, denunciou Joel Hasse Ferreira.

ENTREVISTA A RUI CUNHA

# EM DEFESA DOS TRABALHADORES

A proposta do Governo do Código de Trabalho põe em causa o direito à greve e enfraquece o movimento sindical, acusa, em entrevista ao "Acção Socialista", Rui Cunha, que também nos confessou não perceber porque é que o actual Governo "pôs de lado" um trabalho feito ao longo de dois anos que visava a sistematização da legislação laboral, tendo antes enveredado pela codificação, quando na União Europeia apenas a França tem um Código de Trabalho. Para o responsável no âmbito do Secretariado Nacional do PS pela área do Trabalho, o diploma do Governo além de ser "rígido e inflexível" não promove a aproximação de Portugal ao modelo social europeu. Dada a quantidade de matérias consideradas "inaceitáveis" o PS apresentará na Assembleia da República, aquando da discussão na especialidade, as suas propostas alternativas que têm em vista retirar do diploma "os aspectos mais gravosos para os trabalhadores".



**Quais os principais problemas para os trabalhadores colocados pela proposta de Código do Trabalho que a maioria parlamentar se prepara para aprovar no início do próximo ano?**

O Direito do Trabalho fez o seu caminho através da intervenção do Estado entre dois parceiros que estão em desigualdade de circunstâncias. Porquê? Porque na relação trabalhador-empregador, o trabalhador é sempre o elo mais fraco. Se houvesse dois parceiros em igualdade de circunstâncias, o Código Civil e o Código Comercial resolveriam todas as questões. Como isso não é verdade, como aqui há um parceiro numa situação mais débil, o Estado tem de ser interventor e é isso que se tem feito através do Direito do Trabalho. Ora bem, com este código pretende-se desequilibrar esta relação, tornando o empregador de novo mais forte e a parte laboral mais débil. Pretende-se pôr em causa um direito constitucional que é o direito à greve dos trabalhadores, embora seja accionado pelos sindicatos, e, claramente, procura-se debilitar o movimento sindical, o que, evidentemente, é grave para todos os trabalhadores. É de lamentar, portanto,

que o movimento sindical venha a ser debilitado por este código.

**Contrariando uma tendência histórica de manter as leis do trabalho em diplomas avulsos, o Governo vem agora codificar toda a matéria do Direito do Trabalho. Qual a sua interpretação para esta solução jurídica?**

Estamos todos de acordo que é preciso sistematizar a legislação laboral dispersa, alguma dela que vem do tempo de Marcello Caetano. O Partido Socialista foi o primeiro a entender essa necessidade de sistematização. Quando o nosso secretário-geral, Ferro Rodrigues, era ministro do Trabalho e da Solidariedade nomeou uma comissão de análise e sistematização da Lei Laboral integrada por 11 peritos e presidida pelo Professor Monteiro Fernandes, abrangendo todo o leque político-partidário. Este trabalho ficou pronto em fins de Maio e foi entregue já ao ministro Bagão Félix que inexplicavelmente pôs este trabalho de lado e foi buscar uma sistematização muito inferior àquela que tinha sido feita ao longo de dois anos. Agora, uma coisa é sistematizar legislação, e a ideia do

Partido Socialista era a de que a partir dessa legislação fossem feitas duas leis universais de garantia de direitos. Uma em relação à contratação colectiva e outra em relação ao contrato individual, deixando depois uma série de leis temáticas para abranger outras áreas, ao mesmo tempo que também se deixava um grande espaço à negociação colectiva. O que este Governo fez foi optar por um código. Recordo que dos 15 países da União Europeia só a França é que tem um código. Recordo também que dos 11 elementos que integraram a comissão de sistematização só um defendeu que a sistematização devia dar origem a um código. O Governo ao optar por um diploma muito mais rígido, muito mais inflexível pretende aplicar cegamente a mesma lei a todas as áreas da actividade económica. No nosso ponto de vista é necessário deixar um grande espaço à negociação colectiva para que em cada área, em cada especificidade possa haver as adaptações necessárias por acordo entre empregadores e trabalhadores.

**Uma das razões invocadas para a revisão das leis laborais prende-se com a**

**necessidade de flexibilizar o Direito do Trabalho de forma a colocar a nossa legislação ao nível dos países desenvolvidos. Este é um argumento que releva efectivamente ou corresponde a uma falácia que pretende apenas limitar os direitos dos trabalhadores?**

Há aqui duas questões. Desde sempre o PS reclamou um estudo de direito comparado. Por outro lado, impunha-se também que o Governo ao apresentar este projecto, apresentasse um estudo do mercado de trabalho em Portugal, coisa que o Governo nunca fez, um estudo de direito comparado de legislação laboral entre os vários países da União Europeia, que o governo também não fez, e um estudo comparativo da protecção social nos vários países da UE. Portanto, esta é uma primeira situação. A outra respeita à facilidade do discurso do Governo PSD/PP de há quinze dias para cá ao dizer que isto é para nos aproximar ao modelo social europeu. Mas o modelo social europeu assenta todo ele na concertação e no diálogo, e não é isso que este código prevê.

Por outro lado, o Partido Socialista no seu programa eleitoral propunha e falava

na flexibilização e na adaptabilidade. Continuando hoje a defender a mesma posição, isto é que a flexibilização e adaptabilidade possam acontecer, quer do ponto de vista tecnológico, quer do ponto de vista geográfico, ou do ponto de vista horário, o PS entende que estas matérias têm que ser assumidas em negociação colectiva e não impostas unilateralmente pela entidade patronal.

**Na sua opinião quais os fins últimos que o Governo PSD/PP pretende com as alterações às leis do trabalho?**

Quase se pode dizer que isso hoje em dia representa um mistério. O Governo começou por dizer que apresentava este código porque era fundamental a revisão da legislação laboral para o aumento da produtividade e para o consequente aumento da competitividade das empresas portuguesas. Ora bem, o Partido Socialista através do seu Grupo Parlamentar realizou uma série de debates subordinado ao tema "Novas Políticas para a Competitividade" e os vários especialistas que participaram nesse ciclo de seminários, na sua grande maioria não militantes do PS; e as próprias audições em sede de Comissão Parlamentar de Trabalho e Assuntos Sociais, tanto o professor Silva Lopes como os representantes das associações patronais, acabaram por assumir claramente que a revisão da legislação laboral é apenas uma pequena componente para o aumento da produtividade e que não tem sequer significado no que respeita ao aumento da competitividade. Portanto, este primeiro argumento do Governo está completamente posto em causa. O argumento que o Governo e a maioria que o apoia vem a adoptar de há quinze dias a esta parte, como há pouco referi, é que se trata da aproximação ao modelo social europeu é outra falácia. Na nossa opinião é verdadeiramente um mistério porque é que o Governo tem tanto pressa, ainda por cima, quando em países como Itália, como a Alemanha, os processos decorrem há dois e há três anos com debates, sem sequer haver ainda articulados propostos. É de facto um mistério. Ainda por cima com dispositivos como a duplicação do período do contrato a termo, o que só nos leva a concluir que afinal se vai proteger não só as empresas que querem assumir não só uma maior competitividade mas aquelas que não estão interessadas em aumentar a competitividade. Porque duplicar o período de trabalho a termo significa que o trabalhador não vai vestir a camisola da empresa e significa que a empresa não vai apostar numa coisa decisiva que é a formação profissional do trabalhador.

**A magna questão da produtividade fica resolvida, como pretende fazer crer o Governo, com simples recurso a alterações na legislação laboral?**

Evidentemente que não, como atrás já referi. O mais releva neste campo é a organização do trabalho das empresas, é a formação profissional ao longo de toda a vida dos trabalhadores, é a higiene, saúde e segurança no trabalho, é o

colectivas de trabalho, matérias que constam deste código que são completamente inaceitáveis. Há, de facto, um enfraquecimento dos sindicatos. A discussão pública da proposta do Governo decorre até 8 de Janeiro. A própria



investimento nas novas tecnologias e na investigação, é a própria formação dos próprios gestores. Não falemos só em formação dos trabalhadores, temos que falar também na formação dos gestores. É este conjunto de factores que determina o aumento de produtividade das empresas. As visitas que o Grupo Parlamentar do PS realizou ao longo das últimas duas semanas a grandes empresas nos distritos de Leiria, Braga e Setúbal demonstraram-nos que as empresas que têm um factor elevadíssimo de produtividade o obtiveram graças a uma aposta nas novas tecnologias, na inovação e na organização do trabalho. Verdadeiramente, estes é que são os factores determinantes.

**O PS anunciou que vai propor alterações à proposta governamental por a considerar inaceitável. Pode adiantar algumas dessas medidas?**

Há questões que nós continuamos a considerar inaceitáveis, como seja o despedimento sem justa causa ou a questão da duplicação do contrato a termo. Este código no seu decreto preambular ao retomar uma matéria que estava completamente assumida na sociedade portuguesa que era questão das pausas, volta a trazer à colação a efectividade do tempo de trabalho, dilatando o período de aplicação da lei por dois anos, o que significa que vamos ter a paz social em causa porque durante dois anos vamos ter de novo grande agitação nas empresas para se considerar se essas pausas são ou não parte do trabalho efectivo na empresa. É inacreditável como é que o Governo reassume esta questão. Depois há questões como a debilitação da negociação colectiva, da contratação colectiva, da precariedade da vigência das convenções

Comissão Parlamentar está a desenvolver um processo de audições que se vai arrastar até precisamente essa data, e, portanto, o Partido Socialista na semana entre 8 e 15 de Janeiro, dado que está agendada para 15 de Janeiro a discussão e votação na generalidade do diploma, apresentará muito claramente quais são as propostas fundamentais de alteração que irá apresentar na especialidade.

**À luz do conjunto de medidas que o Governo tem tomado e se prepara para tomar nomeadamente no plano social como interpreta a realização da greve geral ?**

Temos dito que compreendemos os motivos que estão na origem desta convocação. O Partido Socialista que sempre defendeu que nem os partidos devem ser correias de transmissão dos sindicatos nem os sindicatos correias de transmissão dos partidos, tem uma posição muito clara. O PS não apoia nem desapoia iniciativas que são da competência exclusiva dos sindicatos, mas compreende os motivos que estão na origem desta greve. O desejo sincero que o PS formula é que no decorrer do debate parlamentar os motivos que estão na origem desta greve venham a ser esbatidos e, se possível, venham a desaparecer, pois isso significaria que os aspectos que são gravosos para os trabalhadores possam ser eliminados do projecto definitivo a aprovar pela Assembleia da República, dado que o senhor ministro Bagão Félix garantiu em sede de debate parlamentar no plenário que o projecto a apresentar seria melhor do que o anteprojecto, e de que o diploma que a Assembleia vai votar será certamente melhor do que o projecto. O Governo ainda está a tempo de inflectir caminho. Esperemos é que não se venha a verificar o que se passou com a discussão na especialidade da Lei de Gestão Hospitalar em que até às 6 da manhã a oposição apresentou sucessivamente propostas e nem uma única foi aprovada.

CONVENÇÃO CONCELHIA DE LISBOA

# PS DE NOVO À CONQUISTA DA CAPITAL

**Menos "show off" e mais planeamento estratégico, maior articulação entre a câmara e as juntas de freguesia, e nova legislação que permita intervenções rápidas na cidade foram as principais ideias avançadas na Convenção Concelhia de Lisboa do passado sábado. Para reconquistar o coração dos alfacinhas, os socialistas começaram a desenhar o novo projecto que lhes irão apresentar nas próximas autárquicas. Presente na sessão de encerramento, o secretário-geral do PS acendeu a chama da esperança ao confidenciar que a máquina partidária já começou a trabalhar na preparação das próximas eleições autárquicas.**



de continuar a utilizar a Assembleia da República "como mera câmara de eco do Governo", acrescentando que é preciso valorizar este órgão de soberania e o debate democrático.

## Lisboa à deriva

Por sua vez, o vereador Vasco Franco, outro dos oradores na sessão de encerramento, frisou que a "qualidade" das intervenções efectuadas na Convenção "mostram que o PS tem ideias concretas e renovadas que darão sequência ao que de melhor se fez em 12 anos".

Depois de uma breve retrospectiva em que destacou alguns dos mais positivos aspectos da gestão de esquerda na capital, Vasco Franco afirmou que Santana Lopes "tem uma rara capacidade de hipnotizar a Comunicação Social com um folclore de promessa eleitorais".

O PS, defendeu, "deve encontrar novos protagonistas, reunificando toda a esquerda e o centro progressista, para travar um combate difícil, com um programa assente em três

vertentes fundamentais: coesão social, desenvolvimento harmonioso e defesa do meio ambiente".

Também a política de "show-off" do actual presidente da Câmara de Lisboa foi alvo de críticas de Miguel Coelho. "Passado um ano à frente dos destinos da capital, o sentimento é de profunda desilusão e frustração, dada a ausência de pensamento estratégico, caindo num discurso contraditório".

Para Miguel Coelho, "Lisboa não está melhor, está mais confusa, mais injusta. Está à deriva". Para inverter esta situação, e "recuperar para o PS e a esquerda" a capital, Miguel Coelho considerou ser necessário "encontrar políticas e propostas credíveis e objectivas".

"É decisivo que o PS tenha a capacidade de inovar e fazer sonhar as pessoas", defendeu.

## Revitalizar o centro

Coube a Guilherme d'Oliveira Martins a intervenção-base no painel "O Centro da Cidade, Pessoas, Memória e Futuro". O antigo

ministro alertou que "Lisboa está a ter cada vez menos população, em especial no centro, o que implica a necessidade de uma estreita articulação da Câmara com as juntas de freguesia e a sociedade civil".

No entanto, adiantou, "a pouco e pouco há iniciativas de forma a garantir que o centro da cidade seja seguro, habitável e humano".

Oliveira Martins referiu ainda que é necessário reanimar a Lisboa pombalina e o Chiado. "Temos de lhes dar vida. Temos de ter motivos para as pessoas irem lá. É preciso envolver o comércio, as associações e todos os agentes locais", disse. Planeamento estratégico, explicou, "é saber exactamente as iniciativas que devem ser tomadas".

Numa intervenção enérgica que pôs o dedo na ferida no que respeita à degradação da Baixa pombalina, Vicente Jorge Silva referiu que há um "bloqueio", uma vez que "não se fez legislação que possa contribuir para fazer face à degradação da cidade, e em especial do centro".

É preciso, defendeu, "nova legislação, de forma a que os proprietários que deixam cair prédios possam ser de imediato expropriados. Esta é uma intervenção forte que tem de mobilizar os lisboetas".

Lisboa, alertou, "cresce de forma anárquica, ao sabor dos movimentos especulativos, perdendo qualidade". Face a este cenário, defendeu que "é preciso fazer alguma coisa de forma urgente - é necessário um movimento de cidadãos".

Também a Baixa pombalina ocupou grande parte da intervenção de João Pinheiro, da JS/Lisboa, defendendo "uma intervenção planeada e projectada para o futuro", que trave os "sinais de declínio" desta zona, onde "a parte habitacional foi expulsa para outras zonas, enquanto o comércio foi definhando em favor dos grandes centros comerciais".

Já Paulo Pais crítico, com números, o modelo de desenvolvimento anárquico da área metropolitana de Lisboa nos últimos anos, gerador de graves conflitos sociais.

## Valorizar o papel das Juntas

Por sua vez, Irene Lopes, presidente da Junta de Freguesia de S. Catarina, defendeu que as juntas de freguesia "deverão intervir de uma forma activa na reabilitação urbana", salientando que é necessário "prosseguir a reabilitação dos bairros históricos de uma forma integrada, valorizando a habitação e o património".

Nesta Convenção Concelhia, que abriu com intervenções de Edite Estrela e Jorge Coelho fortemente crítica da actuação de Santana Lopes, nomeadamente da sua recusa em assumir o cargo de vogal na Junta Metropolitana de Lisboa, estiveram em discussão os painéis "Lisboa, na Europa e no Mundo" e "Lisboa, o Coração da Área Metropolitana", em que participaram José Sócrates, Oliveira Fernandes, José Leitão, Nuno Teotónio Pereira, Fonseca Ferreira, Aníbal Lamy e Dias Baptista, entre outros.



Ao encerrar a Convenção Concelhia, Ferro Rodrigues dirigiu as suas críticas ao "show-off" de Santana Lopes cuja gestão vive de propaganda, mas, segundo afirmou, "mais tarde virá à tona que por baixo da espuma não há nada de concreto". Porque nunca se deixou render ao marketing como um fim em si mesmo, o líder socialista não acredita que a simples "propaganda possa vencer sempre". Sublinhando que o PS deve orgulhar-se da obra feita em Lisboa, no quadro da coligação de esquerda, Ferro Rodrigues confidenciou que o partido se encontra já preparar a próxima batalha autárquica ao nível dos programas, ao mesmo tempo que salientava a necessidade de continuarmos a ter "excelentes equipas", que dêem sequência "aos grandes autarcas socialistas".

A situação do País não podia deixar de ser abordada pelo líder do PS, tendo classificado o actual momento de "bastante grave" do ponto de vista social, económico e político. Referindo-se à proposta de Código do Trabalho do Governo considerou-a "inecívavel" por constituir um retrocesso em matéria do direito à greve, da contratação colectiva e dos direitos dos trabalhadores. Indignado com a fixação do salário mínimo abaixo do valor da inflação declarou ser esta uma situação "inusitada desde o 25 de Abril". No mesmo tom se referiu à política de pensões para afirmar que "foi propaganda pura a convergência com o salário mínimo". Por fim insurgiu-se contra a retirada do Rendimento Mínimo de Inserção aos jovens com menos de 25 anos, uma medida de constitucionalidade mais do que duvidosa.

Do ponto de vista económico, Ferro Rodrigues culpou o Governo pelas expectativas negativas para 2003. "Há uma descrença, e a auto-estima dos portugueses é pior do que em 1983", disse.

No plano político, acusou a maioria de direita



CLÁUDIA ANDREIA MOREIRA

# DAR FORÇA AO PS PARA DEFENDER IDEAIS

Leva a política a sério porque nela quer fazer a sua carreira. Ser deputada é uma ambição que acarinha desde a adolescência no intuito de “defender realmente ideais”, mas longe de qualquer deslumbramento pelo poder de que se apercebe no meio governativo. É desta forma frontal que a Cláudia Andreia fala dos primeiros passos da sua ligação à vida político-partidária em geral, e ao PS em particular. É também sem falsos moralismos nem hipocrisias éticas que a jovem militante defende a descriminalização do aborto e a despenalização das drogas leves.

Unir os esforços de um conjunto de pessoas em defesa de ideais comuns, dando-lhes aplicação prática mediante uma activa participação político-partidária é o princípio básico da militância para Cláudia Andreia Moreira, que aderiu aos 21 anos à grande família socialista. Um mês depois da derrota eleitoral nas legislativas, a novel camarada, estudante do quarto ano de Direito, decidiu dar corpo às suas convicções e assinar a ficha de inscrição no Largo do Rato, porque “na jota as coisas são levadas um pouquinho para a brincadeira” e era preciso “dar força ao PS”.

A decisão foi bem acolhida no seio familiar, maioritariamente próximo do socialismo democrático, embora tenha encontrado algumas resistências entre as amigas.

A Cláudia confidenciou ao “Acção Socialista” que a maioria dos seus amigos são filiados na JSD, facto que encara com toda a normalidade, pois essa discordância “favorece o diálogo e a discussão construtiva em torno das mais diversas matérias da vida nacional”.

Desde os 15 anos que se interessa por política, assunto que leva, segundo conta, “todos os dias para a mesa do almoço no refeitório”.

Questões como a despenalização das drogas leves e a descriminalização do aborto clandestino são assuntos caros para a Cláudia, que não hesita em defender que este tipo de decisões devem ser tomadas na sede parlamentar sem recurso a referendo.

A abstenção e os custos de um novo processo referendário sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez são os argumentos evocados pela militante socialista para justificar a sua postura, embora se manifeste convicta na vitória do sim.

Quanto às drogas leves, a Cláudia é peremptória: “Não podemos continuar a dar condições para que o tráfico seja um negócio rentável” porque, afinal, “o álcool e o tabaco



são vendidos livremente e criam dependência”. “Distinguimos dois problemas que não são, na verdade, diferentes entre si”, afirma, sublinhando a necessidade dos governos em encontrarem soluções reais para problemas concretos.

É que a política, observa, “deve estar perto das pessoas, como no tempo do engenheiro António Guterres”, figura pública a quem devota

uma evidente admiração, entre outras coisas, pelos seus dotes de orador.

Mas se as políticas sociais são a marca da esquerda, a Cláudia tende a reconhecer que houve falhas no sector económico e financeiro, referindo-se especificamente a alguns erros nas contas públicas cometidos no segundo mandato socialista, sem, contudo, deixar de chamar a atenção para a conjuntura internacional.

“É muito difícil equilibrar os dois pólos e dar aos mais pobres olhando também pelos interesses económicos dos mais ricos”, ponderou.

Sobre a actual governação, Cláudia Moreira não hesita em criticar a ideologia subjacente à proposta do Governo de direita para o Código de Trabalho, que “defrauda as expectativas das pessoas que precisam de mais protecção”.

A propósito de “uma espécie de crise de confiança nos governantes e nas instituições”, a jovem militante considera que Paulo Portas e Celeste Cardona, ministros da Defesa e da Justiça respectivamente, deveriam ter-se demitido “há muito tempo atrás”, citando os nomes de António Vitorino e Jorge Coelho como exemplos de desapego ao poder e de dignidade. Em Durão Barroso a Cláudia não encontra um primeiro-ministro para Portugal, por este necessitar escudar-se em figuras de autoridade como a ministra Manuela Ferreira Leite e pela subserviência que demonstrou face aos Estado Unidos na actual crise do Iraque.

Arranjar emprego nesta conjuntura de atropelamento governativa é a preocupação a curto prazo da Cláudia, para quem a gestão dos cursos superiores é “evidentemente deficiente” e a política orçamental para a educação não “constitui uma verdadeira aposta na qualidade e na justiça social”.

Do PS, a novel militante espera uma oposição construtiva, com alternativas e que não deixe que o nível de debate parlamentar seja prejudicado, porque “em 2004, de certa absoluta, voltará a ser Governo em Portugal”.

MARY RODRIGUES

## PERFIL

Nome  
**Cláudia Andreia Pereira Saraiva da Costa Moreira**

Idade  
**21 anos**

Ocupação  
**Estudante de Direito**

Hobbies  
**Cinema, sair à noite e ler**

Militância  
**Inscrição no PS a 17 de Abril de 2002**

Referências socialistas  
**Mário Soares, António Guterres e Paulo Pedroso**



# UNIÃO EUROPEIA EM LUTA PELA DEFINIÇÃO DO SEU FUTURO

O Conselho, a Comissão, o Parlamento Europeu, Estados-membros, grupos políticos, a União Europeia vive uma agitação sem precedentes em vésperas de alargamento. No horizonte está a construção da nova arquitectura institucional europeia, que definirá o peso relativo que cada Estado-membro terá na Europa alargada. Quem não acompanhar estas tomadas de posição arrisca-se a ficar de fora, e isso significa perder influência no futuro.

“Está em curso a maior luta pelo poder que já alguma vez se viu na Europa”, disse na última reunião da comissão política do PS Carlos Lage, presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu.

Com efeito, tem sido um rodopio de propostas desde que se iniciaram os trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa, mandatada pelo Conselho Europeu de Nice, que obriga a União Europeia a proceder a reformas antes de efectuar um novo alargamento.

Para Luís Marinho, representante do Parlamento Europeu na Convenção, trata-se de um direito que todos têm de apresentar as suas propostas e contribuir para o destino e futuro da Europa, sejam eles as grandes instituições, Estados-membros, ou as associações da sociedade civil, embora, obviamente, seja sempre uma maneira de condicionar os trabalhos. “A Convenção nasceu precisamente para suscitar este debate sobre o futuro da Europa, que antes era feito por um grupo restrito e agora todos discutem”, afirma. Neste debate europeu há dois campos distintos. Um, o dos chamados grandes países, que defendem um aumento do poder do Conselho, consubstanciado na proposta de um presidente para a União Europeia; o outro, dos pequenos e médios países que, embora com algumas nuances, rejeitam esta proposta e o que ela representa quanto à diminuição do protagonismo da Comissão Europeia.

A defesa pela intergovernamentalidade,



implícitamente defendida pelos países que querem um aumento da influência do Conselho, tem tido como contraponto a defesa e o reforço dos poderes da Comissão e do chamado método comunitário, que consiste na sua capacidade de iniciativa legislativa e na defesa do seu papel de guardião dos Tratados e do espírito que presidiu à fundação da União Europeia.

A intergovernamentalidade seria mais acentuada se a União passasse a ter um presidente. Com efeito, um presidente, quer emanasse directamente do Conselho ou fosse eleito, teria o efeito de enfraquecer o papel da Comissão. Este seria o pior dos cenários para os pequenos países, já que uma Comissão independente ainda constitui o melhor aliado para a defesa dos interesses dos pequenos e médios países. A Comissão é, assim, o melhor garante de que a solidariedade europeia é um factor de coesão e desenvolvimento sustentável no território da União e um obstáculo a eventuais discriminações.

Não é por acaso que a Comissão tem estado activíssima na produção de contributos para a Convenção. Foi primeiro o documento intitulado “Um projecto para a União Europeia”, depois “Para uma União Europeia de Paz, Liberdade e Solidariedade” e ainda, na passada semana, o documento com o cauteloso título “Contributo para o anteprojecto de Constituição Europeia”.

## Fatura de propostas

No Conselho Europeu de Sevilha surgiu a proposta de um presidente para a União, numa tentativa de condicionar os trabalhos da Convenção. Agora a presidência dinamarquesa propõe para a Cimeira de Copenhaga de dias 12 e 13, três modelos possíveis para a reforma da presidência do Conselho.

Os trabalhos da Convenção, que já produziram conclusões em relação a alguns temas, entre eles a proposta de uma constituição europeia

que serviu de inspiração àquele que a Comissão agora apresentou, já tem reflexões bastante avançadas, por exemplo, em relação ao papel dos parlamentos nacionais, Carta dos Direitos Fundamentais, Acção Externa da União, liberdade, segurança e justiça.

Recentemente, também os países do Benelux apresentaram o seu contributo à Convenção. A sua proposta é considerada uma tentativa de compromisso entre países grandes e pequenos relativamente à criação de um presidente europeu. A proposta dos países do Benelux defende que, a haver um presidente europeu, ele deverá sair do Conselho e sem deixar de exercer as suas funções de primeiro-ministro. Portugal, Áustria, Finlândia, Irlanda e Grécia mostraram alguma simpatia relativamente a esta proposta.

“A proposta do Benelux diz tudo e o seu contrário. A diferença em relação à proposta feita por Aznar, Blair e Chirac, é que esta acha que o presidente deve sair do próprio Conselho, o que vai dar ao mesmo. Não compreendo é porque razão foi o Governo de Durão Barroso atrás desta proposta, porque ou a leu mal ou está a enganar-se a si próprio”, afirma Luís Marinho. Seja como for, as principais decisões já estão tomadas. A de que não haverá alargamento sem reformas institucionais e a de que os novos Estados-membros aderirão, se tudo correr como previsto, em 1 de Maio de 2004. Entretanto, muita tinta correrá ainda até que as propostas agradem a todos, bem ao estilo daqueles consensos alargadíssimos em que a União Europeia é especialista.

Como disse o deputado socialista e membro suplente da Assembleia da República na Convenção, Guilherme de Oliveira Martins, “o grande debate está lançado. É o futuro de todos que está em causa. Sem democracia europeia, as democracias nacionais ficarão pobres. Eis porque se exige antes de tudo muita audácia e um enorme bom senso”.

P.P.

## A PRIMEIRA DEMOCRACIA SUPRANACIONAL DO MUNDO

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, apresentou na semana passada um novo contributo para que a União Europeia se torne naquilo a que chamou “a primeira democracia supranacional do mundo”, consubstanciado num conjunto de propostas para o funcionamento do Conselho, da Comissão e do Parlamento.

O representante do Parlamento Europeu nos trabalhos da Convenção, Luís Marinho, considera que a proposta da Comissão enforma de uma filosofia de defesa do método comunitário, baseada no interesse comum dos europeus, contra as hegemonias. “É este o caminho que deve ser seguido”, afirma. Na sua apresentação aos parlamentares

europeus, Prodi defendeu a eleição do presidente da Comissão pelo Parlamento Europeu e que o colégio de comissários seja também aprovado pelos deputados. Tanto o Parlamento como o Conselho deveriam ter novas responsabilidades, de forma a que o triângulo institucional fosse mais equilibrado, procedendo-se a uma melhor distribuição dos poderes. Assim, a Comissão propõe a generalização do método de co-decisão, de forma a que todas as leis sejam decididas em pé de igualdade pelo PE e pelo Conselho.

Por outro lado, propõe a abolição das votações por unanimidade no Conselho, já que numa União a 25 a tomada de decisões poderia estar constantemente a ser bloqueada. Neste contexto, defende que os textos sejam

adoptados “com base num voto que represente a maioria dos Estados-membros e da população da União (dupla maioria)”.

Considera que a União não se deve dotar de um presidente, já que os cidadãos europeus teriam dificuldade em perceber com que finalidades o elegeriam e quais seriam as suas funções.

Uma proposta que eventualmente exige alguma clarificação é a da manutenção das presidências rotativas semestrais para o Conselho Europeu, para o Conselho Assuntos Gerais e para o COREPER (Comité dos Representantes Permanentes), devendo as outras presidências sectoriais ter um presidente eleito por um ano entre os membros do Conselho, a fim de dar mais continuidade aos trabalhos.

Romano Prodi defendeu também a existência de um Secretário para as Relações Externas da União, que exerceria o direito de iniciativa da Comissão em matéria de política externa no quadro das orientações políticas e mandatos do Conselho.

Tendo em vista a simplificação legislativa, defendeu três categorias de leis: as leis orgânicas aprovadas pelo PE e pelo Conselho, as leis aprovadas em co-decisão e os regulamentos executivos de responsabilidade da Comissão.

Prodi defendeu também que, no quadro de uma União alargada, “o número de comissários seja limitado segundo um mecanismo que garanta a igualdade de todos os Estados-membros”.

P.P.

PAULO CASACA ACUSA

# GOVERNO INCOMPETENTE NA GESTÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

O Governo de Durão Barroso está a ser incompetente na gestão e aproveitamento dos fundos comunitários, e começam já a surgir problemas ao nível do Fundo de Coesão. Esta situação poderá implicar que Portugal venha no futuro a perder não só verbas, mas também capacidade negocial relativamente aos próximos Quadros Comunitários de Apoio, acusa o eurodeputado socialista Paulo Casaca, membro da Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu.

O eurodeputado manifesta-se preocupado com os sinais que têm surgido sobre o desaproveitamento dos Fundos Estruturais, "ao contrário do que acontecia nos Governos de António Guterres, em que esta era considerada uma questão de primeira importância para o desenvolvimento nacional", afirma.

Ainda recentemente, o juiz do Tribunal de Contas Europeu, Vítor Caldeira, veio ao nosso país dizer que a execução dos Fundos Estruturais em Portugal em 2001, o último ano do Governo socialista, foi superior à média comunitária, a qual ficou perto dos 70 por cento. Com efeito, Portugal sempre teve uma execução exemplar dos Fundos Estruturais durante os governos socialistas, razão pela qual o Governo foi então o primeiro a apresentar em Bruxelas o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) em



condições altamente vantajosas para o nosso país. Agora é todo este património de conhecimentos e de competência que está em vias de se perder. É que, como afirma Paulo Casaca, estão a surgir problemas ao nível das estruturas de apoio que o PSD criou em

Bruxelas, depois de ter desmantelado os grupos de trabalho existentes e substituído os funcionários portugueses que garantiam um acompanhamento eficaz da negociação dos fundos.

"O Governo do PSD deu cabo das excelentes

equipas de técnicos que havia em Bruxelas, e as estruturas que criaram estão a ter problemas de ligação com Portugal e com as instâncias comunitárias", afirma Paulo Casaca.

O eurodeputado sublinha que, "se o Governo não perceber a importância estratégica das acções estruturais, podemos vir a ter resultados cada vez piores e acabaremos por perder um grande trunfo que é o bom aproveitamento dos Fundos Estruturais".

Segundo afirma, se Portugal não conseguir uma posição favorável na aplicação dos fundos, não só acaba também por perder aquilo que eles representam em termos de reprodutibilidade dos investimentos, como deixa o país numa posição de desvantagem em relação às negociações para o futuro QCA, após 2006, em virtude da falta de capacidade de absorção das verbas disponíveis.

Paulo Casaca alerta para o facto de, ao contrário do Fundo de Coesão em que os créditos previstos se perdem se não forem gastos num ano, com os Fundos Estruturais o horizonte é de dois anos, o que pode esconder uma má gestão que se revele com consequências desastrosas no futuro. "Só daqui a dois anos se poderá avaliar a gestão que o PSD está agora a fazer dos fundos", afirma, concluindo que, perante os sinais existentes, teme o pior.

P.P.

PERDA DE DIREITOS

## SOUSA PINTO TROCA VOLTAS À PRESIDÊNCIA DINAMARQUESA

A Comissão das Liberdades e Justiça do Parlamento Europeu rejeitou, por proposta do eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto, uma iniciativa da presidência dinamarquesa da União Europeia, que tinha como objectivo criar um sistema de troca de informações entre Estados-membros sobre sentenças respeitantes à perda de direitos. "O simples esquema de partilha de informações sugerido não iria trazer nenhuma mais valia à luta contra o crime organizado na Europa, nem conduzia à aplicação prática do princípio do reconhecimento mútuo de decisões penais, esse sim, um objectivo verdadeiramente essencial", considerou o eurodeputado, que é responsável por um relatório sobre o mesmo assunto, que será discutido na próxima sessão plenária de Estrasburgo.

Sousa Pinto considerou a iniciativa da presidência dinamarquesa "insignificante e medíocre" e que mais não seria que um "exemplo da falta de coordenação no âmbito do Terceiro Pilar e da adopção de medidas sem qualquer estratégia".



## ELEIÇÕES EUROPEIAS PODERÃO SER ANTECIPADAS PARA 9 DE MAIO

As eleições para o Parlamento Europeu poderão ser antecipadas para 9 de Maio de 2004, em detrimento da sua realização habitual na segunda semana de Junho. O assunto foi abordado na última sessão plenária de Bruxelas, por proposta do Parlamento Europeu.

Justificando a sua posição favorável à antecipação das eleições com o processo de alargamento, na medida em que é suposto os dez novos candidatos participarem já nas próximas eleições europeias, o presidente em exercício do Conselho, Bertel Haarder, disse "acolher com simpatia" a proposta avançada pelo Parlamento Europeu.

A antecipação destas eleições implica um novo calendário para o processo de instalação da Comissão Europeia. Assim, o novo Parlamento Europeu saído das eleições de 9 de Maio votaria o presidente da Comissão em Junho e terminaria as audições aos novos comissários até final de Julho. A Comissão tomaria posse com plena legitimidade em 1 de Agosto de 2004.

Recorde-se que no passado mês de Outubro o coordenador do PS para os Assuntos Europeus na Assembleia da República, António José Seguro, defendeu a antecipação das eleições europeias devido a um conjunto de factores, entre eles também por coincidirem com a realização do campeonato europeu de futebol. A antecipação das europeias tem também por objectivo evitar que os níveis de abstenção sejam tão elevados como tem acontecido nos anteriores actos eleitorais.



# NESTE NATAL, FAÇA UMA BOA ACÇÃO



Ofereça uma assinatura do Acção Socialista.





# UMA CONVENÇÃO EUROPEIA PARA OS CIDADÃOS

A Convenção para o Futuro da Europa avança, ao contrário do que previam os mais cépticos. Trata-se de dar resposta ao novo momento em que nos encontramos, que exige debate sério e a tomada de consciência dos cidadãos relativamente ao que se está a passar e sobre as decisões que têm de ser tomadas - com audácia e bom senso. E temos ainda de entender o que Edgar Morin nos tem ensinado: que o discurso-catóstrofo e o discurso-euforia são igualmente vãos. Temos de ser determinados - como sempre disse Jean Monnet. Depois do Mercado Comum, do Mercado Único, da consagração das quatro liberdades, da previsão expressa no Acto Único Europeu do objectivo da Coesão Económica e Social, da criação da União Económica e Monetária - a criação do euro constituiu um grande salto qualitativo na demonstração de que o velho método de Jean Monnet dos pequenos passos e do funcionalismo teve sucesso. Resta agora saber como será possível continuá-lo, certos de que quanto mais avançamos, mais difícil será dar novos passos, até porque agora a "democracia supranacional" exige que a participação dos cidadãos seja efectiva, o que torna mais complexa a tarefa de fazer avançar o projecto comum. O alargamento põe, por isso, um dilema difícil: ou negamos a solidariedade às novas democracias saídas do fim da guerra fria e fechamo-nos; ou abrimos excessivamente a União tornando-a ingovernável e ingerível. Daí que não nos devam esquecer da velha estratégia dos círculos concêntricos de Jacques Delors, que levou François Mitterrand a falar e Vaclav Havel a falar de uma Grande Europa confederal, com forte sentido político, animada por um núcleo mais dinâmico e aberto, capaz de se tornar mobilizadora e motivador da defesa do interesse vital comum. E o euro é um bom exemplo de como através de uma cooperação reforçada pudemos realizar, em benefício de todos, mas com a participação plena de alguns um projecto que, de outro modo, não teria sido possível.

Todos nos lembramos de como, depois de Maastricht, houve muitas vozes cépticas que consideraram ser praticamente impossível criar a moeda única. É verdade que alguns dos excessos, então criticados, vieram a motivar dificuldades económicas e políticas, no entanto o euro foi possível graças à vontade política na defesa dos interesses comuns europeus, tornando o Mercado Único coerente e estável e lançando novos desafios políticos que a Convenção para o Futuro da Europa tem assumido. Se hoje se fala de uma Constituição Europeia, se se reconhece a personalidade jurídica única da União, se se integra a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais no Tratado constitucional, se se prevê o fim dos três pilares e se aponta para a comunitarização das áreas dos segundo e terceiro pilares, se se consagra a simplificação das fontes e dos procedimentos jurídicos e legislativos - é porque a economia pôde conduzir ao amadurecimento da questão política europeia. As nações europeias afirmam-se através de um sistema federal, e não de um Super-Estado, no qual cada um saiba exactamente qual o papel que lhe está reservado, através de um compromisso que preserve as nações europeias e salvegarde uma identidade de várias pertenças e de soberanias compartilhadas. Resta saber agora que consequências serão retiradas para que o cidadão comum sinta como seus os temas e as questões que constituem o cerne da Constituição europeia.

O euro funcionou, como tinha previsto António Guterres, como uma alavanca. E se dúvidas houvesse, basta lembrarmos-nos do que se definiu na Estratégia de Lisboa de Março de 2002. Aí, sem que todos se tivessem apercebido, o que aconteceu foi a definição de uma estratégia integrada visando tornar a União Europeia uma potência civil, factor de paz e de desenvolvimento, funcionando o euro não apenas como um factor monetarista, mas sim como um catalizador social. Definiu-se, por isso, em Lisboa um desígnio de desenvolvimento - tornar a União Europeia o espaço mais dinâmico e competitivo do mundo, com base na economia do conhecimento e na inovação. Em lugar de uma concepção defensiva, a União do Euro definiu-se, assim, como um espaço de complementaridades em que os objectivos de coesão social e as metas de estabilização económica surgiram a par, definindo um equilíbrio modernizador e aberto.

Importa, porém, dizer, com muita clareza, que a Grande Europa que ambicionamos não pode respeitar todos os objectivos previstos nos Tratados. Pretendê-lo seria diluir ou destruir a União Europeia, tornando-a ingovernável. Como tem defendido Jacques Delors, temos de definir pelo menos três objectivos razoáveis e ambiciosos para uma Grande Europa: *a consagração de um espaço de paz e segurança, um quadro de desenvolvimento durável e equitativo e uma expressão enriquecida das nossas diferenças*. Precisamos de condições de segurança externa e interna, de estabilidade das fronteiras e de coexistência entre maiorias e minorias. No plano económico, se esqueçermos as disparidades entre a média dos níveis de desenvolvimento dos membros da actual União e a situação dos novos candidatos, arriscar-nos-íamos a destruir o que já foi alcançado. Daí que seja indispensável criar condições para que os novos candidatos se adaptem à economia de mercado e ao modelo europeu - na lógica que Delors resumiu como: *a competição que estimula, a cooperação que reforça e a solidariedade que une*. Do mesmo modo, em relação às diferenças entre identidades e ao enriquecimento

mútuo, torna-se indispensável a compreensão e o reconhecimento, bem como a capacidade para transformar as guerras civis em armistícios duradouros e as fronteiras em linhas de encontro. Trata-se de criar um suplemento de alma, não apenas económico, mas também cultural e educativo!

Afinal, é indispensável: manter os princípios em matéria económica e financeira, reconhecer a valia essencial do método comunitário e aceitar e desenvolver os métodos das cooperações reforçadas e aberto de coordenação. Tornando-se claros os interesses vitais comuns, é indispensável haver uma melhor coordenação no governo económico da União, mais adequada repartição de recursos, separação e interdependência de poderes, fim do veto e da unanimidade, democratização e reforço da Comissão, enquanto órgão supranacional, preservação do equilíbrio no *tandem* Conselho e Comissão, maior envolvimento dos parlamentos nacionais, consagração de uma dupla legitimidade, dos Estados e dos povos, de uma



**GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS**

**A Grande Europa que ambicionamos não pode respeitar todos os objectivos previstos nos Tratados. Pretendê-lo seria diluir ou destruir a União Europeia, tornando-a ingovernável. Como tem defendido Jacques Delors, temos de definir pelo menos três objectivos razoáveis e ambiciosos para uma Grande Europa: *a consagração de um espaço de paz e segurança, um quadro de desenvolvimento durável e equitativo e uma expressão enriquecida das nossas diferenças*.**



dupla cidadania e da dupla soberania. O método deve, assim, respeitar a lógica de Montesquieu dos freios e contrapesos e um parlamentarismo racionalizado, que favoreça a estabilidade e o equilíbrio entre as legitimidades dos Estados e dos cidadãos. E se falamos de legitimidade, importa lembrar que as cooperações reforçadas, em especial no domínio económico, deverá fixar regras de cooperação económica, obrigando à coordenação entre economias ao lado da função essencial do Banco Central Europeu. Do mesmo modo, o método aberto de coordenação deve ter lugar nas áreas intergovernamentais por excelência, onde as competências nacionais são a regra - como a Educação, a Saúde, a Segurança Social, a Cultura ou a Política de Emprego e Formação. A credibilidade do euro e da União, a força das economias europeias dependerá da eficiência e da equidade que se puder estabelecer. Numa palavra: a União precisa de encontrar novos caminhos que, a um tempo, a tornem credível aos olhos do cidadão comum, em que este tenha confiança, mas que lhe permitam ser respeitada e ter voz na ordem internacional.

# E AS NOSSAS INSTITUIÇÕES?



**MARIA DE BELÉM ROSEIRA**

O recente escândalo relativo à alegada existência de uma rede de pedofilia pretensamente alimentada com crianças entregues à Casa Pia veio trazer à nossa análise e reflexão, de forma violenta, a questão sobre o que temos nós feito das nossas instituições.

Ao contrário do que se passa na maioria dos países desenvolvidos é prática recorrente em Portugal, quando temos que criticar alguém ou alguma coisa, não temos coragem de o assumir frontalmente e criticamos a instituição na qual essa pessoa está inserida. Não criticamos o juiz X ou Y, criticamos os tribunais.

Não criticamos o médico A ou B, criticamos o Serviço Nacional de Saúde.

Não criticamos o agente C ou D, criticamos antes as forças de segurança.

Não criticamos o político G ou H, criticamos antes a classe política.

Não criticamos o professor I ou J, criticamos antes o Sistema de Ensino.

Enfim, não chegariam as letras do alfabeto para demonstrar que nos falta coragem para enfrentar pessoas concretas sendo mais fácil

para nos escudarmos nos regulamentos – substrato ideal para a burocracia – então ficamos muito satisfeitos se conseguirmos não ir ao fundo da questão, à sua substância, porque o não seguimento da forma adequada nos dá possibilidade de não termos que chegar à parte que dói. Tudo isto aconteceu na Casa Pia: crianças vulneráveis, não apenas pelo simples facto de serem crianças, mas por serem também desprotegidas;

Pessoas influentes de públicas virtudes, mas com graves vícios privados;

Tutelas que encaminharam o assunto para as entidades competentes e que descansaram sobre a sua resolução;

Policías que investigaram mas que se “esqueceram” ou “foram mandados esquecer” do que tinham conseguido apurar;

Tribunais que se escudaram nos pormenores formais e que assim se abstiveram de analisar o fundo da questão – a parte verdadeiramente importante.

Em primeiro de todos os lugares, as crianças, as principais vítimas, que dificilmente conseguirão recuperar das lesões profundas que lhes foram infligidas.

Em segundo, a Casa Pia, que vê abalado mais de dois séculos de prestigiado investimento formativo e educativo aplicado no desenvolvimento de competências de crianças e jovens para quem a vida foi madrastra. Com provas dadas na modelação de vultos grandes nos mais diversos domínios de expressão da vida humana e da vida da sociedade portuguesa.

Que fazer então?

Tirar deste trágico acontecimento as devidas lições para alterar os nossos comportamentos individuais, colectivos ou institucionalmente enquadrados.

E, neste caso contexto, exigir o funcionamento das instituições até ao total esclarecimento e apuramento dos culpados com o respeito pelo princípio de que todos são iguais perante a Lei, salvaguardando a saúde psíquica e mental das crianças vítimas, algumas delas hoje já adultos.

E evitar ainda que a nossa tendência para confundir a parte com o todo chamusque a imagem

Não chegariam as letras do alfabeto para demonstrar que nos falta coragem para enfrentar pessoas concretas sendo mais fácil acusar no abstracto. Esquecemo-nos que, agindo dessa forma, demolimos um dos pilares do Estado democrático, ou seja, o prestígio das instituições.



de acusar no abstracto. Esquecemo-nos que, agindo dessa forma, demolimos um dos pilares do Estado democrático, ou seja, o prestígio das instituições.

E se a esse comportamento juntarmos uma das suas subespécies – para mim talvez a mais degradante – de que até aceitaremos essa forma de estar, se as pessoas merecedoras de crítica forem poderosas, então temos todos os ingredientes para que o resultado final se traduza na criação de condições para que as instituições deixem de funcionar adequadamente.

E se a isso ainda juntarmos a nossa propensão

de uma instituição que precisamos que seja prestigiada:

Primeiro, porque isso lhe é devido. Tem créditos e mérito para isso;

Segundo, porque o prestígio das instituições é prestígio para o País;

Terceiro, porque pôr esse prestígio ao serviço de crianças e jovens especialmente vulneráveis é importante para os tornar cidadãos de corpo inteiro, apetrechados para o real exercício de direitos e deveres.

Finalmente, impedir que a não identificação sobre quem agiu mal, permita a instalação de um clima de levantamento de suspeitas e boatos sobre um conjunto mais ou menos alargado de cidadãos que se vê vítima de pequenas/grandes vinganças, por parte dos tais que não têm coragem de assumir frontalmente as acusações que fazem.

À nova provedora uma grande tarefa.

A todos nós o exercício da cidadania responsável para reconquista da nossa auto-estima e da exigência e contributo para o funcionamento rigoroso e vigoroso das instituições no respeito pelos princípios inerentes a um Estado de Direito.

# UMA GREVE PELA ESPERANÇA

No momento em que escrevo estas linhas, ao meio-dia do dia da greve geral, vejo no "Público on-line" que a adesão dos trabalhadores ronda os 80 por cento, chegando a perto de 100 por cento nalguns sectores. Pergunto-me o que leva a uma adesão tão impressionante a uma greve que foi convocada apenas por uma das centrais sindicais. E num contexto em que o Governo assentou baterias na tentativa de lançar uma cortina de fumo sobre as causas da greve e, sobretudo, sobre as suas responsabilidades directas nessas causas. Repare-se que vivemos num momento particularmente difícil para as famílias portuguesas, marcado por um aumento acentuado do custo de vida decorrente do aumento dos impostos, do desemprego e da estagnação dos salários reais. Um momento em que, por isso, se torna mais penoso para os trabalhadores grevistas abdicarem dos seus salários em favor da greve. Por outro lado, o Governo procurou passar a ideia de que a greve era uma grande encenação montada pelo PCP através da CGTP, tentando dividir os trabalhadores, afastando da luta aqueles - a grande maioria - que não se sentem confortáveis com a perspectiva de serem confundidos com simpatizantes do Partido Comunista. O Governo procurou, ainda, lançar a responsabilidade pelos prejuízos da greve sobre os trabalhadores, invocou a difícil situação do país para constringer os trabalhadores a abdicarem do exercício do direito da greve, procurando demonstrar que aqueles que trabalham são patriotas e que os que não trabalham são irresponsáveis. Esta atitude é em si mesma inaceitável. Qualquer Governo, perante uma Greve Geral, tem que actuar com humildade democrática. Reconhecer, ainda que possa não transigir no essencial das suas posições, que a mobilização geral dos trabalhadores tem um significado, que exprime preocupações reais. Que é necessário acudir a essas preocupações. Não faz sentido que o Governo só se preocupe em, como que negando que o sol existe, afirmar que a greve não existiu, mistificando números e desvalorizando o sacrifício de uma parte significativa dos trabalhadores.

A tudo isto os trabalhadores disseram não e aderiram à greve geral. E com uma adesão tão expressiva que lançou logo por terra a tese governamental de que a greve é de esquerda ou do PCP. Perante números tão expressivos e tão empenhado empenhamento, tornou-se evidente que esta greve está para além da esquerda e da direita, está para além deste ou daquele partido, deste ou daquele sindicato. Esta é uma greve de quase todos contra a política do Governo e nesses "quase todos" estão inclusivamente muitos dos que há uns meses deram ao PSD a confiança do seu voto.

Os trabalhadores não aceitaram assumir a exclusiva responsabilidade pela difícil situação do país, muito porque essa responsabilidade provém de quem com esse argumento lhes exigiu que não fizessem greve. Aliás, roça o cinismo esta linha de argumentação do Governo. É evidente que uma greve causa prejuízos. Aliás, se não causasse não valeria a pena fazê-la. Mas também é evidente que se o Governo não tivesse adoptado desde o primeiro dia uma política de confronto com os portugueses, com os trabalhadores, com as pessoas que vivem com mais dificuldades, atingindo os seus direitos e as suas expectativas em várias frentes, na estabilidade do emprego, nos impostos, nas reformas, nos direitos laborais, na possibilidade de adquirirem casa própria, a greve geral provavelmente não teria acontecido e, mesmo que tivesse, não teria suscitado uma adesão tão geral e tão espontânea. O Governo parece esquecer que tinha alternativa. Poderia ter proposto políticas diferentes. Suscitado a cumplicidade dos portugueses para um projecto solidário de progresso, que, ainda que pudesse envolver medidas de austeridade, merecesse a compreensão da generalidade das pessoas. Não o fez. Governou contra as pessoas e não a favor delas. E depois queixa-se da greve geral. É que os sindicatos, ao contrário do Governo, não têm alternativas eficazes de luta. O Governo pode seguir vários caminhos. Já os sindicatos, perante o autismo do Governo, só podem responder com a greve. É por isso que a greve geral, a que aderiram a grande maioria dos trabalhadores, e os prejuízos dela decorrentes, são muito mais responsabilidades de um Governo que não a soube evitar, dos que dos trabalhadores que se viram na contingência de a terem que fazer.

Perante os níveis de adesão da greve geral, que acaba por representar a iniciativa política mais importante dos últimos anos, na medida em que foi aquela que suscitou uma maior adesão entre os portugueses, é imperativo analisar as suas causas.

E aqui parecem não subsistir grandes dúvidas: o Governo não tem um projecto mobilizador

para o país. O Governo foi dando sinais do que não queria no país. Não queria as reformas sociais feitas pelo PS. Não queria as reformas sociais feitas pelo PS. Não queria déficit. Não queria falta de autoridade. Não queria falta de rigor. Mas, ainda não conseguiu explicar ao país o que quer. Para onde quer levar os portugueses. O que é que os portugueses podem esperar em troca dos sacrifícios que lhes são exigidos. Explicar porque é que esses sacrifícios são exigidos sempre aos mesmos portugueses. Porque é que aos trabalhadores é exigido tudo - baixos salários, precaridade, mais impostos, diminuição real do nível de vida - e aos grandes empresários não é exigido nada - não se exige no plano fiscal, não se exige ao nível do investimento de risco e com qualidade, não se exige ao nível da tributação, não se exige no plano da formação e qualificação dos recursos humanos.

Esta greve foi, assim, uma greve pela esperança. Pela possibilidade de ter esperança no futuro. Num futuro em que o desenvolvimento do país e a sua competitividade se baseia na qualificação, na



MARK BOBELA-MOTA KIRKBY



**É evidente que se o Governo não tivesse adoptado desde o primeiro dia uma política de confronto com os portugueses, com os trabalhadores, com as pessoas que vivem com mais dificuldades, atingindo os seus direitos e as suas expectativas em várias frentes, na estabilidade do emprego, nos impostos, nas reformas, nos direitos laborais, na possibilidade de adquirirem casa própria, a greve geral provavelmente não teria acontecido e, mesmo que tivesse, não teria suscitado uma adesão tão geral e tão espontânea.**

formação, no progresso tecnológico, no investimento com qualidade, e não na diminuição dos custos com o trabalho e à custa do nível de vida dos trabalhadores. Esperança num país em que o progresso beneficie todos e não poucos à custa da maioria. Esperança num país com um rumo assumido colectivamente, em que todos tenham oportunidade de progredir e em que o mérito seja reconhecido. Esperança, afinal, de que o país do futuro seja um país mais próximo dos nossos sonhos, e não um país sem sonhos, ou em que sonhar com uma vida melhor seja visto como uma simples irresponsabilidade.

# A SEMANA PREVISTA

Realizam-se sexta e sábado as jornadas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em Aveiro, que culminam o ciclo dedicado às "Novas políticas para a competitividade".

A Secção do Desenvolvimento Sustentável do PS, a Federação de Beja e a Concelhia de Moura promovem no próximo sábado, naquela cidade alentejana, um seminário sobre o tema "Programa integrado do desenvolvimento sustentável em Moura".

Sob a presidência de Ferro Rodrigues, reúne-se, na terça-feira, o Secretariado Nacional. Na quarta-feira realiza-se uma reunião da Comissão Política.

O secretário-geral do Partido Socialista recebe em audiência o presidente da Federação Portuguesa do Desporto.

No âmbito das actividades do Gabinete de Estudos do PS, realizam-se durante a próxima semana um conjunto de reuniões sectoriais sobre Sida, Emigração, Saúde, Finanças Públicas, União Europeia e Administração Pública.

A Juventude Socialista promove na próxima sexta-feira, no Porto, junto ao busto de Willy Brandt, uma iniciativa denominada "Uma acção pela paz", que contará com a presença de Jamila Madeira.

Realiza-se nos dias 12 e 13 de Dezembro a Cimeira Europeia de Copenhaga durante a qual serão convidados formalmente a integrar a UE dez novos países.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



**Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

**Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Por favor remeter este cupão para:

**Acção Socialista**  
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo  
1400-091 Lisboa

**Assinaturas**

**12 meses**

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

**O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados**

## ACÇÃO SOCIALISTA

### INFORMAÇÕES ÚTEIS

**FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL**

TEL. 21 301 35 34

faq@oninet.pt

**FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA**

TEL. 21 301 38 08 / 21 301 39 09

fjj@mail.telepac.pt

**FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES**

TEL. 21 396 41 79 / 21 396 41 56

osita@fmssoares.pt

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RADIODIFUSÃO**

TEL. 21 301 69 99 / 21 301 54 53

apr@ip.pt

**FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT**

TEL. 21 357 33 75

np42ye@mail.telepac.pt

**FUNDAÇÃO GULBENKIAN**

TEL. 21 782 30 00

info@gulbenkian.pt

**FUNDAÇÃO ORIENTE**

TEL. 21 358 52 00

fundorientef@foriente.pt



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**

silvinogilva@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**

castelobranco@partido-socialista.pt

**Mary Rodrigues**

maryr@partido-socialista.pt

**Paulo Pisco**

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**

fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**

**José Raimundo**

**Francisco Sandoval**

Internet **www.ps.pt/accao**

E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**

**Restelo - 1400-091 Lisboa**

**Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240**

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**

**Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa**